



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 3.678, DE 2025

Dispõe sobre a dedução no Imposto de Renda das despesas realizadas por profissionais de segurança pública com a aquisição de munições, armas de fogo, cursos e treinamentos voltados ao exercício da função.

Autor: Deputado Capitão Alden (PL/RJ).

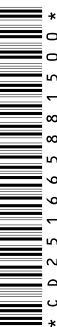
Relator: Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP).

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 3.678, de 2025, de autoria do nobre Deputado Capitão Alden (PL/BA), dispõe sobre a dedução, na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas realizadas por profissionais da segurança pública com a aquisição de armas de fogo, munições, bem como com cursos de qualificação e treinamentos técnicos relacionados à atividade policial.

A proposição estrutura-se em quatro artigos. O art. 1º estabelece a autorização para a dedução das referidas despesas, limitando-a a 30% do imposto devido. O art. 2º define o rol de beneficiários, abrangendo policiais civis, militares, federais, bombeiros, agentes penitenciários, guardas municipais e peritos. O art. 3º dispõe sobre a necessidade de comprovação fiscal das despesas. Por fim, o art. 4º trata da vigência e produção de efeitos da norma.

Em sua justificção, o autor argumenta que a medida visa reconhecer a relevância e o risco inerente às atividades de segurança pública. Destaca que, diante da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

escassez de recursos estatais, muitos profissionais são compelidos a investir recursos próprios em equipamentos e treinamento para garantir sua sobrevivência e a defesa da sociedade, sendo a dedução fiscal uma medida de justiça para com esses servidores.

O projeto foi apresentado em 04 de agosto de 2025 e despachado pela Mesa Diretora, em 25 do mesmo mês, às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); Finanças e Tributação (CFT) – mérito e art. 54, RICD – e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, foi aberto prazo para apresentação de emendas, tendo sido apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Deputado Nicoletti (União/RR), que propõe a inclusão dos policiais legislativos no rol de carreiras beneficiadas pela dedução fiscal prevista no projeto.

O projeto não possui apensos.

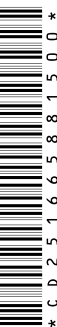
A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR:

Nos termos do art. 32, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pronunciar-se sobre o mérito da presente proposição, notadamente no que concerne a alínea “g” do RICD, que versa sobre “*políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais*”.

Nesse sentido, no mérito, a iniciativa do nobre colega Capitão Alden é não apenas louvável, mas urgente e necessária. Quem vive a realidade operacional da segurança pública sabe que, muitas vezes, o Estado falha em fornecer o equipamento de ponta e o treinamento continuado que a luta cotidiana dos profissionais de segurança pública – os quais enfrentam uma verdadeira guerra urbana – exige.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

O operador de segurança, aquele que está na ponta da linha, enfrentando o crime organizado e colocando seu CPF em risco para defender a sociedade, não pode ficar refém da burocracia ou da falta de orçamento.

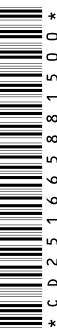
A realidade é dura: o policial que quer voltar vivo para casa e garantir a segurança do cidadão de bem, muitas vezes, tira do próprio bolso — do dinheiro que iria para o sustento de sua família — para comprar uma arma melhor, uma munição de treino ou pagar um curso de especialização tática. Não é luxo, é sobrevivência. É a diferença entre neutralizar uma ameaça ou ser mais uma triste estatística.

Assim, permitir que esse investimento — porque segurança é investimento, não gasto — seja deduzido do Imposto de Renda é o mínimo que o Estado pode fazer para corrigir essa distorção. É uma medida de valorização do profissional que dedica sua vida a proteger o próximo. Se o cidadão pode deduzir despesas com saúde e educação, por que o policial não pode deduzir o custo da ferramenta que salva sua vida e a vida de terceiros?

Quanto à Emenda nº 1, apresentada pelo nobre Deputado Nicoletti, entendo que ela aprimora o projeto. Os policiais legislativos federais integram o sistema de segurança pública e desempenham papel fundamental na proteção das Casas Legislativas e da democracia. Nada mais justo que sejam equiparados às demais forças para fins deste benefício, garantindo isonomia no tratamento dos operadores de segurança.

Ressalvo, por fim, que a análise aprofundada sobre a adequação financeira e orçamentária da proposição, incluindo o impacto da renúncia fiscal e o cumprimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é matéria que alheia à competência temática desta Comissão. Caberá à douta Comissão de Finanças e Tributação (CFT) o exame técnico definitivo sobre esses aspectos contábeis. A nós, da Segurança Pública, cabe afirmar o mérito indiscutível: a vida do policial não tem preço, e o projeto é vital para sua sobrevivência e eficiência.

Dito isso, acolho a sugestão para incluir a Polícia Legislativa no rol de beneficiários, consolidando o texto em um Substitutivo que garanta a abrangência necessária





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

para fortalecer todos os braços da segurança pública nacional, além de fazer ajustes pontuais para adequar à melhor técnica legislativa.

Diante do exposto, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.678, de 2025, e da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo anexo

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

Relator.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.678, DE 2025

Apresentação: 01/12/2025 10:07:19.003 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 3678/2025
PRL n.1

Dispõe sobre a dedução no Imposto de Renda das despesas realizadas por profissionais de segurança pública com a aquisição de munições, armas de fogo, cursos e treinamentos voltados ao exercício da função.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a dedução no Imposto de Renda das despesas realizadas por profissionais de segurança pública com a aquisição de munições, armas de fogo, cursos e treinamentos voltados ao exercício da função.

Art. 2º É facultado ao profissional de segurança pública, na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Física, deduzir despesas comprovadamente realizadas, no âmbito de sua atuação, para:

- I - aquisição de munições e armas de fogo, nos termos da legislação vigente;
- II - cursos de qualificação, atualização ou especialização profissional na área de segurança pública ou defesa pessoal;
- III - treinamentos técnicos, táticos ou operacionais relacionados ao exercício da função ou aprimoramento de competências policiais.

Parágrafo único. A dedução prevista no caput deste artigo será limitada ao montante de até 30% (trinta por cento) do imposto devido em cada exercício fiscal.

Art. 3º A dedução prevista nesta Lei aplica-se exclusivamente aos profissionais integrantes dos seguintes órgãos e instituições de segurança pública, a saber:

- I - policiais civis, militares e federais;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

II - bombeiros militares;

III - policiais penais, federais, estaduais ou distritais;

IV - guardas civis municipais;

V - peritos oficiais de natureza criminal e profissionais da perícia previstos na Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009;

VI - policiais legislativos federais e estaduais;

VII - agentes socioeducativos;

VIII - demais categorias expressamente reconhecidas como integrantes do sistema de segurança pública nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Para fins de comprovação, o contribuinte deverá apresentar os comprovantes fiscais das despesas e, quando solicitado pela autoridade fiscal, demonstrar o vínculo funcional com uma das carreiras previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

Relator

